



ACÓRDÃO Nº184/2023– TCE–SEGUNDA CÂMARA

- 1- **Processo TCE - AM nº11755/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Esmelidia Rolim de Lima (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8092/2022-MPC/ELCM, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Neto.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Sistema de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Presidente Figueiredo – SISPREV. Exercício de 2021.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão da **Segunda Câmara**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sistema de Previdência Social do Município de Presidente Figueiredo-SISPREV, de responsabilidade da **Sra. Esmelidia Rolim de Lima**, no curso do exercício 2021, nos termos do art. 1º, II c/c os art. 22, inciso II, e art. 24, da Lei Nº 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), devendo ser aplicada multa a Gestora nos termos do artigo 54, inc. VII, da Lei Nº 2423/96, e artigo 308, VII, da Resolução Nº 04/2002 - RI TCE/AM, em virtude dos achados de auditoria 01 e 04, parcialmente sanados;

10.2. Aplicar multa a Sra. Esmelidia Rolim de Lima no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da



ACÓRDÃO Nº184/2023– TCE–SEGUNDA CÂMARA

MULTA, mencionado no Relatório/Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Dar ciência a Sra. Esmelidia Rolim de Lima e aos demais interessados do teor da decisão;

10.4. Arquivar o processo após cumpridos os itens anteriores, nos termos regimentais.

11- Ata: 1ª Sessão OrdináriaJudicante – Segunda Câmara.

12- Data da Sessão: 14 de Fevereiro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente), Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas junto à Segunda Câmara: Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO
Conselheiro Relator

ADEMIR CARVALHO PINHEIRO
Procurador de Contas

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº184/2023– TCE–SEGUNDA CÂMARA